



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000066809**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1003156-54.2024.8.26.0481, da Comarca de Presidente Epitácio, em que é apelante MARIA DE FATIMA ANDRINO, é apelado BANCO C6 CONSIGNADO S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Deram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SPENCER ALMEIDA FERREIRA (Presidente sem voto), FLÁVIO CUNHA DA SILVA E LAVÍNIO DONIZETTI PASCHOALÃO.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

**FERNANDO SASTRE REDONDO**

**Relator**

Assinatura Eletrônica

**VOTO Nº 38383**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 1003156-54.2024.8.26.0481**

**COMARCA: PRESIDENTE EPITÁCIO - FORO DE PRESIDENTE EPITÁCIO - 1ª VARA  
JUIZ / JUÍZA DE 1ª INSTÂNCIA: MARIA FERNANDA SANDOVAL EUGÊNIO  
BARREIROS TAMAOKI**

**APELANTE: MARIA DE FATIMA ANDRINO**

**APELADO: BANCO C6 CONSIGNADO S/A**

**Contratos bancários. Ação revisional. Empréstimo consignado. Juros remuneratórios. Limitação. Admissibilidade. Inteligência da Instrução Normativa INSS/Pres nº 28/2008, art. 6º, com alteração da IN 106/2020, que limita os juros a 1,80% ao mês para o tipo de operação. Juros contratados acima do limite normativo. Sentença reformada. RECURSO PROVIDO.**

**RELATÓRIO**

Recurso de apelação interposto contra a r. sentença (fls. 275/281) que julgou improcedente a ação revisional ajuizada pela ora apelante, condenando-o ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor da causa, observada a gratuidade.

Insurge-se a autor, sustentando, em suma, a abusividade da aplicação da taxa de juros em percentual superior ao determinado pela Resolução Normativa, que é de 1,80% ao mês, à época do ajuste.

Recurso tempestivo, preparado e respondido.

**VOTO**

Cuida-se de ação revisional de empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento ajustado em outubro de 2021, com previsão de juros remuneratórios de 1,80% a.m., e efetivos de 2,06% a.m. (fls. 43).

A douta magistrada *a quo* julgou improcedente a pretensão inicial sob o fundamento de que a lei determina a limitação da taxa de juros, e não do custo efetivo total.

Ressalvado tal entendimento, razão assiste à apelante.

A limitação de juros é aplicável na hipótese vertente, porquanto se trata de crédito consignado descontado de benefício previdenciário, devendo ser observadas as instruções normativas do INSS e a interpretação favorável ao consumidor, nos termos do art. 47, do CPC.

Com efeito, o artigo 6º, da Lei nº 10.820/03, que estabelece regras para a realização de empréstimos consignados em benefícios previdenciários, determina que se obedeçam à normas editadas pelo INSS sobre a matéria.

“Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretroatável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, **nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.**” (destacamos).

Tal norma legal foi regulamentada pela Instrução Normativa do INSS nº 28, cujo artigo 13, inciso II, estabelece a taxa máxima de juros remuneratórios a ser observada nos contratos de empréstimo com pagamento de prestações consignado em benefício previdenciário, relevando notar que a redação de tal dispositivo sofreu sucessivas alterações desde a edição da norma regulamentar, em 16.5.2008, *verbis*:

*Art. 13. Nas operações de empréstimos são definidos os seguintes critérios, observado o disposto no art. 56 desta Instrução Normativa:*

*[...]*

~~II – a taxa de juros não poderá ser superior a 2,5% (dois inteiros e meio por cento) ao mês, devendo expressar o custo efetivo do empréstimo; (Alterado pela Instrução Normativa nº 92 /PRES/INSS, de 28 de dezembro de 2017)~~

~~II – a taxa de juros não poderá ser superior a dois inteiros e oito centésimos por cento (2,08%) ao mês, devendo expressar o custo efetivo do empréstimo; (Alterado pela Instrução Normativa INSS/PRESS nº 80, de 14 de agosto de 2015)~~

~~II – a taxa de juros não poderá ser superior a 2,14% (dois vírgula quatorze por cento) ao mês, devendo expressar o custo efetivo do empréstimo; (alterado pela Instrução Normativa nº 92 /PRES/INSS, de 28 de dezembro de 2017)~~

~~II – a taxa de juros não poderá ser superior a dois inteiros e oito centésimos por cento (2,08%) ao mês, devendo expressar o custo efetivo~~

~~do empréstimo; (alterado pela Instrução Normativa nº 106 /PRES/INSS, de 18 de março de 2020)~~

~~II - a taxa de juros não poderá ser superior a um inteiro e oitenta centésimos por cento (1,80%) ao mês, devendo expressar o custo efetivo do empréstimo;~~

II - a taxa de juros não poderá ser superior a dois inteiros e catorze centésimos por cento (2,14%) ao mês, devendo expressar o custo efetivo do empréstimo Alterado pela Instrução Normativa nº 92 /PRES/INSS, de 138 de novembro de 2022).;

Na hipótese, o empréstimo consignado foi contratado em **2021**, quando o artigo 13, inciso II, da Instrução Normativa nº 128/2008 do INSS/PRES vigorava com a alteração introduzida pela Instrução Normativa nº 106, de 2020: ***"II - a taxa de juros não poderá ser superior a um inteiro e oitenta centésimos por cento (1,80%) ao mês, devendo expressar o custo efetivo do empréstimo"***. (destaquei).

Logo, de fato, conforme alegado pela apelante na petição inicial, diante do limite estabelecido pela norma regulamentar, mostra-se abusivo o custo efetivo total contratado, que corresponde a 1,899 % a.m. (fls. 209).

No mesmo sentido, precedentes desta Corte:

Ação de obrigação de fazer, cumulada com revisional de readequação de contrato bancário – Improcedência – Contratação de empréstimo consignado – Custo efetivo total – Limitação do percentual previsto em contrato – Cabimento – Descumprimento do artigo 16, inciso III, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28 de 2008 – Observância da aplicação da taxa máxima de 2,14% ao mês que expressa o custo efetivo total – Percentual vigente à época da contratação – Abusividade da taxa de CET prevista no contrato evidenciada (2,25% a.m.) – Limitação ao percentual mensal de 2,14 é medida que se impõe – Devolução simples da diferença paga indevidamente é medida de rigor ou abatimento do saldo devedor – Dano moral – Inovação da causa de pedir – Sentença reformada para julgar a ação procedente – Recurso provido, na parte conhecida.

(TJSP; Apelação Cível 1032191-12.2022.8.26.0196; Relator (a): Thiago de Siqueira; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Foro de Franca - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 29/02/2024; Data de Registro: 29/02/2024)

VOTO Nº 39420 REVISIONAL. Empréstimo consignado. Juros remuneratórios. Valor nominal que deve expressar o custo efetivo total. Inteligência do art. 13, inc. II, da Instrução Normativa INSS nº 28/08. Abusividade. Ocorrência. Sentença reformada. Danos morais. Inovação em sede recursal. Inadmissibilidade. Violação ao art. 1.010, inc. II, III e IV, do CPC. Recurso conhecido em parte e, na parte conhecida, provido. (Apelação Cível 1019546-92.2022.8.26.0506; Relator (a): Tasso Duarte de

Melo; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro de Ribeirão Preto - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 06/02/2024; Data de Registro: 04/03/2024)

“AÇÃO REVISIONAL C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO, FUNDADA EM CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO EMITIDA EM OPERAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. REFORMA DA R. SENTENÇA PARA DETERMINAR **A LIMITAÇÃO DO CUSTO EFETIVO TOTAL (CET) PORQUE O ART. 13, II, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRESS Nº 28/2008, VIGENTE À ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO, PREVIA TAXA DE JUROS DE 2,14% AO MÊS, DEVENDO EXPRESSAR O CUSTO EFETIVO.** PRECEDENTES DESTES E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE RECÁLCULO DAS PARCELAS E DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DOS VALORES PAGOS EM EXCESSO, NA FORMA SIMPLES. RECURSO PROVIDO EM PARTE. (TJSP; Apelação Cível 1027022-15.2020.8.26.0196; Relator (a): Alberto Gosson; Órgão Julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Foro de Franca - 5ª Vara Cível; Data do Julgamento: 05/02/2021; Data de Registro: 05/02/2021)”.

De rigor, portanto, a reforma da sentença para julgar procedente o pedido revisional e condenar o apelado a recalcular o valor das prestações ajustadas, adotando, para tanto, custo efetivo total correspondente a 1,8% ao mês.

Por fim, a devolução de valores eventualmente desembolsados a maior, a serem apurados em liquidação de sentença, deverá ser efetuada de forma simples, atualizada monetariamente da data de cada desembolso, acrescida de juros moratórios desde a citação.

A reforma da sentença, nos termos enunciados, tem evidentes reflexos na distribuição dos ônus sucumbenciais, ante a inversão do resultado do julgamento, impondo-se, por essa razão, a condenação do réu a arcar com as custas e despesas processuais e a pagar honorários de sucumbência aos patronos do autor, fixada tal verba, por equidade, em R\$. 1.000,00, montante adequado diante dos parâmetros estabelecidos pelo artigo 85, §2º, do CPC, notadamente porque se trata de causa de reduzida complexidade.

Ante o exposto, dá-se provimento ao recurso.

Fernando Sastre Redondo  
Relator